



XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)  
ISSN 2177-3688

GT 10 – Informação e Memória  
Pôster

**“MEMÓRIA ARQUIVADA”: REFLEXÕES SOBRE DOCUMENTOS E ARQUIVOS A PARTIR DE PAUL RICOEUR<sup>1</sup>**

***"FILED MEMORY": REFLECTIONS ON PAUL RICOEUR'S DOCUMENTS AND FILES***

**Cezar Karpinski, UFSC**  
cezark@hotmail.com

**Resumo:** Na obra “A memória, a história e o esquecimento”, o filósofo Paul Ricoeur estabelece o Arquivo como um lugar social por ser considerado um espaço de preservação da memória. Neste sentido, faz uma interessante reflexão sobre as relações entre História e Memória a partir desta “memória arquivada”. Neste pôster, apresenta-se brevemente esta problemática que, de certa forma, faz uma releitura crítica à História que buscava a objetividade científica apenas nos documentos de arquivo permanente e à cultura histórica que constituiu a autoridade dos arquivos e dos documentos sobre quem os consulta. O objetivo deste texto é discutir, a partir deste autor, a historicidade das fontes documentais naquilo que, em temporalidades diversas, se escolhe informar ou ocultar, lembrar ou esquecer na história ocidental a partir da modernidade.

**Palavras-chave:** Filosofia. Memória. Interdisciplinaridade. Arquivos. Epistemologia histórica.

**Abstract:** In the book "Memory, history and oblivion," the philosopher Paul Ricoeur establishes the file as a social place to be considered a preservation memory space. In this sense, he makes an interesting reflection on the relation between history and memory from this "filed memory." In this poster, we present briefly this problem that, in a way, makes a critical rereading of history that sought scientific objectivity only in permanent archival documents and the historical culture that constituted the authority of files and documents on whom the consult. The objective of this paper is to discuss from this author, the historicity of documentary sources what, in several time, choosing inform or hide, remember or forget in the western history from that modernity.

**Keywords:** Philosophy. Memory. Interdisciplinarity. Archives. Historical epistemology.

---

<sup>1</sup> O conteúdo textual deste artigo, os nomes e e-mails foram extraídos dos metadados informados e são de total responsabilidade dos autores do trabalho.

## **1 INTRODUÇÃO**

Este texto apresenta algumas considerações advindas de pesquisa teórica interdisciplinar envolvendo Filosofia, História e Ciência da Informação as relações entre Memória, Arquivo e História. O principal objetivo é fomentar o debate entre estas áreas a partir da categoria “Memória” que é uma discussão pertinente às três áreas de conhecimento. Além disso, a discussão em torno da memória, seja do ponto de vista fenomenológico, seja do ponto de vista epistemológico, exige uma aproximação que capacite a produção de novas concepções e metodologias que colaborem com as produções acadêmicas.

Num primeiro momento, contextualizo a relação entre história e arquivo dentro do campo epistemológico da História e, posteriormente, inicio o diálogo com o filósofo francês Paul Ricoeur. Na obra “Memória, História e Esquecimento”, este autor faz uma das reflexões mais profundas sobre a relação entre o fenômeno da memória e seu ponto de interconexão ou distinção com a epistemologia histórica. Esta afirmação se deve ao fato de que os arquivos preservam o que Ricoeur chama de “rastros” contidos nos documentos arquivados. O processo historiográfico advém, entre outras formas, do encontro do historiador com esta “memória arquivada”.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

Desde o início da modernidade, principalmente com o avanço na constituição dos Estados Nacionais da Europa Ocidental, os documentos oficiais, aqueles que se destinavam aos arquivos, eram os detentores da “verdade” histórica. A partir do Século XIX, a História que era já reconhecida como saber milenar sobre o passado e preservava a Memória dos acontecimentos, buscou se firmar no campo da ciência moderna. Neste contexto, duas correntes de pensamento, o Historicismo alemão e o Positivismo francês, mesmo apresentando perspectivas distintas sobre conceito de História, estabeleceram a primazia do documento como fonte da “verdade histórica”. Com os autores destas duas correntes, a História deixa de ser uma crônica, rompe com a filosofia da história, se afasta da noção de memória, e se constitui como uma “ciência do passado”. Nesta perspectiva, a História inicia no ponto de ruptura com a Memória. (BARROS, 2013)

Neste momento, os arquivos passaram a ser imprescindíveis à História, principalmente aqueles custodiados pelo Estado Moderno, pois a oficialidade de uma Instituição de Arquivo garantia a confiabilidade da fonte. O resultado deste processo científico baseado nas fontes oficiais foi a formação de uma História essencialmente política e que servia para reforçar os intentos dos grandes Estados Nacionais Europeus, uma vez que era o próprio Estado, a partir de

seus arquivos, que definiu o que era histórico e não histórico nos documentos institucionais. Eram considerados arquivos históricos apenas os que serviam para a constituição da memória coletiva que, pela escrita do historiador “cientista”, se tornava a História Nacional. Contudo, foi esta relação objetiva e imparcial com o documento e a memória que possibilitou o reconhecimento científico da História e profissional do historiador, pois, a partir de então, se tornaram os responsáveis pela escrita da História. Esta profissão requeria uma formação que instrumentalizasse o trabalho metodológico com os arquivos, inserindo a História como curso nas universidades modernas.

No início do Século XX este tipo de História passou a ser questionado e em 1929, com a Escola dos Annales, muda-se radicalmente a perspectiva historiográfica. A história narrativa, documental, ciência do passado, neutra, política e nacionalista foi rechaçada por Marc Bloch e Lucien Febvre. Para estes, o modelo de ciências adotado até então não poderia se aplicar à história que, como ciência social, deveria discutir o passado a partir dos problemas do presente. Bloch (2001) afirma que o objeto da História não é o passado ou o tempo, mas sim “o homem no tempo”. Neste ponto, o que fundamenta a História não são os documentos, não são as fontes, mas os problemas formulados pelos historiadores. O historiador é que constrói as fontes de sua pesquisa e não o contrário, fazendo com que a escrita da história adquirisse os contornos sociais e subjetivos do historiador. Isso não quer dizer que se deixou de fazer História a partir das fontes, nem que o outro modo de historiografia tenha terminado com esta crítica radical. O fato é que, com este novo estatuto, o historiador deixa de ser um sujeito passivo diante do arquivo e procura, em outras fontes, informações sobre sujeitos históricos que nunca apareceram dos documentos oficiais. Essa crítica ao documento foi tão forte, que fez com que os seguidores desta nova perspectiva passassem a olhar com desconfiança as fontes oficiais e, com isso, os arquivos passam a ser questionados quanto ao seu significado.

Essa nova fase historiográfica aproxima a História das outras ciências sociais, como a Sociologia, Antropologia, Geografia, novas metodologias em novos objetos exigiram a utilização de fontes “não-oficiais”, tais como, a fonte oral, a literatura, os periódicos, processos inquisitoriais e judiciais, imagens, a ponto de hoje ser difícil dizer o que não serve como fonte para a História. Contudo, a discussão em torno da História e da Memória continuou ao longo do tempo e ganhou em densidade a partir da segunda metade do Século XX. Historiadores e filósofos, principalmente, passaram a discutir e produzir bibliografia sobre a História e a Memória como categorias teóricas, principalmente nas suas interconexões e distinções. Esse diálogo tem produzido reflexões interdisciplinares em obras que contribuem para as discussões que abrangem novamente a questão do arquivo, da memória e da história.

É neste panorama que se insere Paul Ricoeur (1913-2005), filósofo francês que desde a década de 1950 refletiu sobre categorias caras à História, como tempo, narrativa, verdade, memória e esquecimento. Uma de suas últimas obras “A memória, a história e o esquecimento” traz uma densa discussão sobre o caráter fenomenológico da memória, epistemológico da história e o “ser inquietante” que ameaça a relação entre elas, o esquecimento. Importa para Ricoeur, nesta obra, discutir os pontos de interconexão entre a Memória e a História, ou, onde termina a primeira e começa a segunda. E é justamente neste ponto de interconexão que Ricoeur discute o lugar ocupado pelo arquivo que é, ao mesmo tempo, um lugar físico e social. Físico por abrigar “uma espécie de rastro” documental e social pela condição histórica a que se encontra abrigado. Da mesma forma que o documento, o arquivo se insere num contexto muito específico que possibilita vislumbrar aquilo que, de alguma forma, foi selecionado como documento importante de ser lembrado, ou seja, no arquivo se pode verificar o processo histórico relacionado à memória e ao esquecimento.

Neste sentido, o arquivo deixa de ser o repositório da memória coletiva, mas como um lugar social que guarda os “rastros” do passado subsumidos nos documentos arquivados. A partir deste “rastro” ocorre a “operação historiográfica”, momento onde a memória se torna História, a partir da narrativa subjetiva do historiador. Este processo pode ser entendido como uma reaproximação da História com o arquivo, por meio de uma ação consciente de que a informação disponível neste espaço é tão histórica quanto o próprio arquivo. Informação documental produzida em meio a relações sociais que, como filtros, definem memória e esquecimento no ato de escolha do arquivamento. “Esse gesto de separar, de reunir, de coletar é objeto de uma disciplina distinta, a arquivística, à qual a epistemologia da operação historiográfica deve a descrição dos traços por meio dos quais o arquivo promove a ruptura com o ouvir-dizer do testemunho oral.” (RICOEUR, 2007, p.178).

A ruptura com o ouvir dizer representa, justamente, o processo epistemológico da História que, até ser definida como ciência, seguia o entendimento grego de que o historiador era aquele que narrava os fatos que testemunhava ou que tinha ouvido dizer. Se a arquivística, a partir de sua estrutura metodológica, instrumentaliza o acesso à informação constante nos documentos de arquivo, é mister que se abra o caminho para o diálogo entre estas duas disciplinas. A história é tão dependente da arquivística neste processo, quanto o documento do arquivo e vice-versa. Estou compreendendo nestas primeiras incursões a Ricoeur, que o exercício de historiar a partir de fontes que também necessitam ser pensadas em seu processo histórico, deve vir acompanhado de um diálogo interdisciplinar com a Ciência da Informação. Isto porque é este campo de análise que tem fomentado, contemporaneamente, a discussão em

torno do conteúdo e da forma de transmissão daquilo que contém os documentos em seus diversos suportes, ou seja, têm constituído o campo epistemológico da Informação.

Porém, é necessário salientar que Ricoeur não estabelece este tipo de vínculo entre estas áreas. Trata-se de uma leitura possível, a partir do que foi analisado até este momento. Seu interesse nesta discussão sobre o arquivo é discutir o ponto de interconexão entre história e memória e até que ponto, a história é remédio ou veneno para a memória. Isto porque, tanto no processo de transformação do testemunho oral em documento escrito custodiado, quanto no processo epistemológico da História na transformação deste documento em fonte, ocorre um processo de interpretações e subjetividades que desmistificam o caráter de fidedignidade da fonte ao fato histórico, do documento ao conteúdo da memória viva. Neste sentido, não deveria haver distinção entre o valor dos arquivos, oficiais ou não, pois todas as informações relacionadas ao passado guardam “rastros” pelos quais o historiador pode construir sua narrativa histórica. Neste cenário, a dicotomia construída entre memória individual e coletiva ou a noção conciliadora de memória social, passa a ser relativizada nas discussões sobre objetividade e subjetividade nos fatos históricos.

Naturalmente, se os escritos constituem a porção principal dos depósitos de arquivos, e se entre os escritos os testemunhos das pessoas do passado constituem o primeiro núcleo, todos os tipos de rastros possuem vocação de serem arquivados. Nesse sentido, a noção de arquivo restitui ao gesto de escrever toda a amplitude que lhe confere o mito do *Fedro*. Pela mesma razão, toda a defesa do arquivo permanecerá em suspenso, na medida em que não sabemos, e talvez não saibamos jamais, se a passagem do testemunho oral ao testemunho escrito, ao documento de arquivo, é, quanto a sua utilidade ou seus inconvenientes para a memória viva, remédio ou veneno – *pharmakon...* (RICOEUR, 2007, p.178)

Esta reflexão de Ricoeur contribui para um avanço teórico nas discussões sobre memória e história, memória e documentos históricos e, principalmente, memória e esquecimento. Aprofunda, com isto, os problemas fenomenológicos entre a memória individual e a memória coletiva e suas relações com a história. O que sobra neste processo onde o ser humano se encontra com a temporalidade são os rastros, vestígios da memória viva que passou por um processo de arquivamento. Nos arquivos, as informações da memória são preservadas e, por isso, pode-se pensar na noção de “memória arquivada”. Neste espaço, o historiador se encontra com os rastros do passado que, a partir de critérios subjetivos e problemas formulados na atualidade da pesquisa, possibilitam o exercício epistemológico da História.

### **3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Apresentei até aqui uma discussão teórica inicial sobre Memória e Arquivo e suas relações com a História. Ainda não me é possível determinar os resultados desta pesquisa ou as contribuições que esta discussão com a Filosofia e a História pode trazer à Ciência da Informação ou, pelo menos, à Arquivologia. Nesta fase inicial, tenho mais perguntas que respostas, dúvidas que hipóteses, e entendo que este processo precisa ser amadurecido ao longo do tempo, com muita leitura e reflexão teórica, mas também com a experiência prática do significado do acesso à informação na sociedade atual. Entretanto, vejo como ponto de partida a reflexão sobre o “conteúdo” da memória como “informações” que podem ser analisadas a partir de uma epistemologia própria desta área. Este processo interdisciplinar é enriquecedor, do ponto de vista teórico-prático, e pode contribuir para aprofundar as discussões nas áreas da Ciência da Informação.

### **REFERÊNCIAS**

BARROS, J.D’A. **Teoria da história**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2013. v.1.Princípios e conceitos fundamentais.

BLOCH, M. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

RICOEUR, P. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.